

MP investiga excesso de gastos de 18 vereadores

Campanha eleitoral. Promotoria apura aumento de uso de fotocópia em período que antecedeu as eleições de 2016

O promotor de Justiça, Angelo Santos de Carvalhaes determinou a abertura de inquérito civil para apurar a suspeita de excesso de gastos de gabinetes de 18 vereadores de Campinas, no período que antecedeu as eleições do ano passado.

Levantamento pedido à Câmara pelo Ministério Público, mostrou que os parlamentares aumentaram de forma desproporcional o uso de fotocópias ao longo do ano, mas especialmente, nos meses que antecederam as eleições de outubro do ano passado.

A suspeita de Carvalhaes é que o material impresso – pago com a verba de gabinete do vereador, tenha sido usado para a confecção de peças de propaganda eleitoral.

O promotor conta na portaria que a investigação teve origem numa denúncia anônima feita contra o vereador Aurélio Cláudio (PMB). De



Denúncia contra vereador Aurélio Cláudio deu origem ao inquérito | METRO/ARQUIVO

Lista da fotocópia

André Von Zuben (PPS)
Angelo Barreto (PT)
Aurélio Cláudio (PMB)
Antônio Flôres (PSB)
Campos Filho (DEM)
Cidão Santos (Pros)
Carlão do PT (PT)
Carmo Luiz (PSC)
Edson Ribeiro (PSL)

Gustavo Petta (PCdoB)
Jaíson Canário (SD)
Jeziel Silva (PP)
Jorge da Farmácia (PSDB)
Jorge Schneider (PTB)
Marcos Bernadelli (PSDB)
Pastor Elias (PSB)
Paulo Bufalo (Psol)
Professor Alberto (PR)

33

é o número de vereadores de Campinas

acordo com a denúncia, apenas no mês de agosto daquele ano, ele teria efetuado 30 mil cópias e superado o limite do ano.

Com base nessa informação, o MP pediu à Câmara, a relação completa deste tipo de gasto e constatou que outros parlamentares também excederam o limite, como o vereador Campos Filho (DEM), que bateu em 20 mil cópias em agosto. “Verifica-se que a quantidade de fotocópias aumentou desproporcionalmente nos meses de agosto, setembro e outubro de 2016, período que coincide com as eleições municipais”, escreveu o promotor

na portaria de abertura do inquérito.

Aurélio Cláudio (PMB) disse que “todas as solicitações de cota extra foram aprovadas pela presidência da Casa”. Disse ainda que as cópias excedentes estão contempladas pelo contrato com a empresa que presta o serviço e que, portanto, “não houve prejuízo ao erário”.

O vereador Campos filho (DEM) disse que o material é referente a “prestação de contas” do mandato.

O presidente Rafa Zimbaldi (PP), disse que o limite não foi excedido por nenhum parlamentar. Afirma ainda que 40% dos lares de Campinas não têm acesso à internet e a correspondência de papel é a melhor forma de “prestar contas”.



TOTE NUNES

METRO CAMPINAS